

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência



No dia da diplomação de Lula, primeiros atos violentos

Cid conecta arquitetura do golpe ao 8/01

Há um detalhe importante nas 852 páginas do documento que contém a delação do ex-ajudante de Ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. O trecho ajuda a demolir o argumento que vem sendo usado por aliados de Bolsonaro de que as investigações não apontariam uma conexão entre a arquitetura do golpe e as invasões e depredações

dos prédios da República no 8 de janeiro de 2023. Ele na verdade se refere ao dia 12 de dezembro de 2022, data da diplomação de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente eleito no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse dia, houve uma primeira tentativa de rebelião violenta. Tentou-se invadir a sede da Polícia Federal, automóveis e outros veículos foram incendiados.

Manifestantes

Pois Cid afirma que Bolsonaro abrigou no Palácio da Alvorada três manifestantes, para que não fossem presos. Esse detalhe agride a ideia de um ato espontâneo, à revelia. E mostra o aparelho de Estado usado para esconder pessoas que poderiam ter cometido crime.

Jantar

Segundo Cid, Bolsonaro estaria preocupado que os humoristas Bismark Fugazza e Paulo Souza e o blogueiro Oswaldo Eustáquio acabassem presos na quebradeira. Os três jantaram no Alvorada. E um carro da Presidência transportou Eustáquio do Alvorada até seu hotel.

Joedson Alves/Agência Brasil



Violência visava ambiente para intervenção

Segundo Gonet, uma "trama conspiratória armada"

Portanto, depois que o pau quebrou na Asa Norte de Brasília no primeiro ensaio do que houve no 8 de janeiro, três manifestantes, com medo de ser presos, jantaram com Bolsonaro no Alvorada, que é um aparelho de Estado. E pelo menos um deles voltou para seu hotel em um automóvel oficial do governo. Diz ainda Mauro

Cid nesse trecho que eles, integrantes do canal Hipócritas, entendiam que os "CACs" (sigla para Caçadores, Atiradores e Colecionadores de Armas) "apoiariam o ex-presidente em uma tomada de decisão, como uma tropa civil em caso de um golpe". Se tal conversa houve, fica absolutamente cristalino o que Bolsonaro cogitava.

Trama

São detalhes que vão construindo a trama. Para tentar reduzir a denúncia, a oposição vem afirmando que ela se baseia unicamente na delação de Mauro Cid, sem maiores provas. Não é bem assim. Nem tudo nas 852 páginas são relatos de Cid. Ali, há vários documentos.

"Doideira"

Mauro Cid divide os conselheiros de Bolsonaro em três grupos. Um mais legalista. Outro mediano, e finalmente o mais radical. O grupo mais moderado, do qual faria parte o e o comandante do Exército, Freire Gomes, temia que Bolsonaro assinasse uma "doideira".

Documentos

Nas 272 páginas da sua denúncia, Gonet cita diversos documentos obtidos após a delação de Cid. São conversas de whatsapp, as "minutas do golpe", etc. Há toda uma construção descrita para a criação de ambiente político que justificasse uma intervenção militar.

Jurista e padre

Diz Mauro Cid que o assessor internacional, Felipe Martins, levou a Bolsonaro um jurista e um padre para a discussão da tal minuta do golpe. As investigações depois identificaram que o jurista seria Amauri Feres Saad e o padre José Eduardo de Oliveira.

Denúncia contra Bolsonaro movimentou o Congresso

Oposição criticou a peça. Governo a considerou robusta

Por Gabriela Gallo

A denúncia do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 33 pessoas, protocolada na noite desta terça-feira (18), gerou uma série de repercussões. Eles foram indiciados por tentativa de golpe de Estado, organização criminosa e "uma série de atos dolosos ordenados à abolição do Estado Democrático de Direito e à deposição do governo legitimamente eleito", conforme escreveu Gonet na sua denúncia, de 272 páginas. O caso agora será analisado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que avaliará se há material suficiente da materialidade e autoria dos crimes.

A expectativa é que o caso seja julgado no plenário da Corte e o ministro relator siga sendo o ministro Alexandre de Moraes. Nesta quarta-feira (19), o Supremo intimou Jair Bolsonaro a apresentar sua defesa técnica em até 15 dias.

A denúncia repercutiu em todos os poderes. No Executivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que já foi preso por acusações de corrupção mas depois teve suas condenações derrubadas e conseguiu concorrer à terceira gestão, evitou comentar abertamente sobre o caso. Durante um evento com o primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, no Palácio do Planalto, Lula disse que não comentará "um processo que está na Justiça".

"Nesse país todas as pessoas têm direito à presunção de inocência. Se eles provarem que não tentaram dar um golpe e se eles provarem que não tentaram matar o presidente, o vice-presidente e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], eles ficarão livres e serão cidadãos que poderão transitar o Brasil inteiro", afirmou. De acordo com as investigações da Polícia Federal (PF), dentro da trama da tentativa de golpe constava um plano para assassinar Lula, seu vice Geraldo Alckmin (PSB) e o então presidente do TSE, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes.

"[Mas] se na hora que o juiz for julgar, chegar à conclusão que eles são culpados, eles terão que pagar pelo erro que cometeram. Portanto, é apenas o indiciamento, o processo vai agora para a Suprema Corte e eles terão todo o direito de se defenderem. Não posso comentar mais nada do que isso", finalizou o presidente.



Oposição considerou denúncia frágil e sem provas



Para governo, enfraquecida a tese da anistia

Delação

Já no poder Legislativo, parlamentares da oposição realizaram, na tarde desta quarta-feira (19), uma entrevista coletiva no Congresso Nacional sobre o processo contra Bolsonaro. Um dos principais argumentos usados por aliados do ex-presidente contra a denúncia é o fato de grande parte das acusações serem baseadas nas delações premiadas do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid.

O novo líder da Oposição na Câmara dos Deputados, deputado Zucco (PL-RS), classificou a denúncia de Gonet como uma "peça de ficção".

"É uma denúncia encomendada para gerar um resultado que todos já conhecem. Denúncia essa baseada em delações e presunções. Ao longo do processo, o delator foi alterando e omitindo fatos, situação mais do que suficiente para anular as delações", destacou Zucco.

Na mesma linha, a líder da minoria na Câmara, deputada Caroline De Toni (PL-SC), criticou a PGR ter usado como prova a delação de Mauro Cid, alegando que não há provas suficientes para sustentar a denúncia. "É uma prova frágil. Essa prova não vale, é uma narrativa construída que tem endereço certo para tentar intimidar o ex-presidente Bolsonaro e a direita desse país", acusou De Toni.

Moraes

O líder da oposição no Senado, senador Rogério Marinho (PL-RN) ainda cri-

ticou as chances do relator do caso ser o ministro Alexandre de Moraes, já que o magistrado foi um dos alvos do plano e se coloca como "vítima do caso". Ou seja, seria parte do processo. Dessa forma, o senador reforçou que não há a plena certeza de que o caso será julgado com plena imparcialidade.

"Como que nós podemos acreditar na isenção [imparcialidade] de um ministro que preside esse inquérito e é o mesmo ministro que se coloca como inimigo e adversário do principal acusado? E se coloca como a vítima de uma eventual trama. Cadê a imparcialidade da Justiça?", questionou Marinho.

Em dezembro de 2024, a defesa de Bolsonaro encaminhou ao Supremo um recurso solicitando a retirada do ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito da Polícia Federal (PF) que trata da tentativa de golpe de Estado em 2022. No recurso, que solicitava a troca de relator do caso, os advogados do ex-presidente argumentam que, o ministro da Suprema Corte teria virado parte interessada no caso após ter acolhido medidas cautelares logo no início da investigação – o que, segundo a defesa de Bolsonaro, configuraria a situação de "impedimento". Porém, o recurso foi negado pelos ministros em votação no plenário virtual da Corte.

Ao final da coletiva, os parlamentares convocaram a população e interessados para participarem do ato bolsonarista contra o presidente Lula, marcado para o dia 16 de março, em Copacabana (RJ). Outro tema

destacado pelos parlamentares sobre o caso é o projeto de lei que concede anistia aos presos e réus envolvidos nos atos antidemocráticos contra a sede dos três poderes em 8 de janeiro de 2023.

Governistas

Horas depois da coletiva de parlamentares da oposição, no mesmo dia, parlamentares da base governista realizaram outra coletiva sobre o caso, desta vez favorável à denúncia da PGR e contra a anistia.

Na coletiva, a líder da bancada do Psol na Câmara, deputada Talíria Petrone (RJ), classificou que, com a denúncia de tentativa de golpe, "a agenda da anistia passa a ser inaceitável".

"Alguns dizem: 'Mas nada aconteceu'. Foi uma tentativa, que está instalada no artigo 195 do Código Penal, o crime é de tentativa, porque depois que a tentativa de golpe se efetiva, não há o que fazer porque o golpe está dado. Portanto, tentativa de golpe é crime. Cada um, inclusive Jair Bolsonaro, precisa ser responsabilizado", destacou Petrone.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ainda reiterou que "consciência democrática se fortalece resgatando memória", não perdendo crimes.

"A denúncia é muito robusta", considerou o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). "A impressão que dá, ao ouvir os argumentos da oposição, é de que eles não leram o documento. Seus argumentos são frágeis e não terão chance de prevalecer".

Lula Marques/Agência Brasil

Lula Marques/Agência Brasil